

A.I. N.º - 927037-0/03
AUTUADO - VANDA D'ARC PEREIRA FERNANDES
AUTUANTE - ANTONIO ANIBAL BASTOS TINÔCO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 05.12.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0466-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 21/05/03, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada através de auditoria de caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fls. 15, alegando inicialmente que foi autuado pela Inspetoria de Vitória da Conquista, mas que pertence a Inspetoria de Guanambi. Diz que não é praxe da empresa ficar sem talões de notas fiscais, mas que por um lapso os mesmos estavam em outra empresa. Ao final, expondo que pretende implantar o uso de ECF, solicita o cancelamento do Auto de Infração.

A auditora que prestou a informação fiscal (fl. 21), mantém a autuação, dizendo que a cidade onde está situada a empresa autuada pertence à jurisdição da IFMT-DAT/SUL, cuja sede se situa na cidade de Vitória da Conquista. Ressalta que o Auto de Infração foi registrado na Inspetoria de Guanambi. Entende que a infração está devidamente comprovada através do Termo de Auditoria de Caixa à fl. 02.

VOTO

Inicialmente, como bem frisou a auditora que prestou a informação fiscal, ressalto que a cidade onde está situada a empresa autuada pertence à jurisdição da Inspetoria de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Região Sul - IFMT/SUL, cuja sede se situa na cidade de Vitória da Conquista. Ademais, o Auto de Infração foi registrado na Inspetoria de Guanambi, não procedendo a reclamação por parte do autuado de que sofreu ação fiscal através de Inspetoria de outra jurisdição.

No mérito, diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 02, com a assinatura do responsável pela empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$220,00, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que a diferença entre o valor encontrado no caixa e o registrado nos documentos fiscais, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Vale ainda ressaltar, que a própria peça defensiva do sujeito passivo é uma confissão expressa do cometimento da infração, quando disse que não é praxe da empresa ficar sem talões de notas fiscais, mas que por um lapso os mesmos estavam em outra empresa.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº 927037-0/03, lavrado contra **VANDA D'ARC PEREIRA FERNANDES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADOR